

A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL REPUBLICANO: DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA AO ESTADO NOVO

META

Meu objetivo com esta aula é que você compreenda os esforços, desafios e conflitos enfrentados pelos republicanos para estruturar a educação brasileira na primeira metade do século XX.

OBJETIVOS

Ao final da aula, o aluno deverá:

- analisar a influência do contexto histórico do início dos tempos republicanos sobre a educação brasileira;
- compreender os processos de longa duração que têm norteado o debate educacional no Brasil;
- relacionar as principais conquistas da educação escolar durante a primeira metade do século XX.

PRÉ-REQUISITO

para entender esta aula, você precisa dos conhecimentos obtidos na aula anterior e das informações básicas a respeito da República Velha, da Nova República e do Estado Novo.



Proclamação da República em o *Campo da Aclamação* no dia 15 de novembro de 1889
(Fonte: <http://lcweb2.loc.gov>).

INTRODUÇÃO

Olá, Companheiro(a)!

O regime republicano instalou-se no Brasil sob o signo da modernidade! Tentava-se mostrar que a Monarquia representava um sistema ultrapassado e que, a partir de 1889, o país ingressaria em uma fase de desenvolvimento. Segundo os ideólogos do regime republicano, um dos principais instrumentos para assegurar o progresso da nação seria a educação.

Assim, as primeiras ações tomadas pelos governos republicanos destinavam-se muito mais a servir de propaganda do que efetivamente a transformar o cenário educacional herdado do Império. No entanto, os altos índices de analfabetismo e até as novas exigências apresentadas pela urbanização crescente e desenvolvimento industrial incipiente do início do século XX, motivaram o surgimento de movimentos em todo o país pela valorização da educação nacional.

Nesta aula, vou mostrar para você como ocorreram várias iniciativas de reformas educacionais, tanto por parte do governo da República como em diversos Estados do país, nas primeiras décadas do século XX. Como também os principais projetos educacionais que se apresentaram para a nação e importantes iniciativas de intelectuais para proporem um modelo de educação que se coadunasse com a modernidade que então se instalava no país.



Regime republicano (Gravura publicada na revista *Ilustração* onde se documenta a proclamação do novo regime feita a partir da varanda da Câmara Municipal do Porto)
(Fonte: <http://ante-et-post.weblog.com>).

A ELITE RURAL DO SUDESTE BRASILEIRO

A instabilidade institucional que se seguiu à Proclamação da República em 15 de Novembro de 1889 não alterou a dominação políticoeconômica da elite rural do sudeste brasileiro. Apesar de uma aliança de pequena duração entre a classe média urbana e militar e as elites agrárias, os donos do poder continuaram os mesmos.



Proclamação da República, um golpe liderado por militares (Fonte:<http://www.exercito.gov.br>).

Quanto à cultura, o país continuou com a política de transplante cultural, adotando, a partir do início do século XX, como modelo de imitação os Estados Unidos. A sociedade passou por transformações significativas desde o desafio de absorver a outrora população escrava, a influência do imigrante, em alguns casos de terceira geração, trazendo idéias revolucionárias e novas técnicas de trabalho até o surgimento de movimentos dos próprios destituídos, como o “Messianismo”.

Porém, as mudanças sociais não se fizeram acompanhar de mudanças na noosfera. A cosmovisão dominante continuou sendo predominantemente conservadora e marcada pelo Catolicismo. Tanto é assim que, mesmo vigorando a separação *Igreja X Estado* pela Constituição de 1891, entre alguns intelectuais, predominava a ideologia da identidade nacional católica.

A situação era contraditória. Em que pese esta mentalidade conservadora cultivada o país respirava um clima de modernização impulsionado pelos ideais liberais e inovações técnicas importadas da Europa e Estados Unidos. Desde o século XIX que já se introduziam no país modificações nos transportes, com o trem e o barco a vapor, nas comunicações, com o telégrafo e o telefone.

Do ponto de vista das transformações sobre o cotidiano das pessoas, sobretudo nas principais cidades do país, podemos dizer que a modernidade chegou ao Brasil nas primeiras décadas do século XX. É neste período que são introduzidos em cidades como o Rio de Janeiro, a capital e grande vitrine nacional, o automóvel, a aviação, a imprensa ilustrada, a indústria fonográfica, o rádio e o cinema. Sevcenko (1998, p.522).

Essas mudanças técnicas vão contribuir para alterar o próprio modo de vida nas cidades. Nisso podemos incluir os ritos sociais, estilos de arte, formas de retórica, ritmos de dança, regras de conduta, modas nos trajes e penteados. Sevcenko (1998, pp. 522, 523). Além desses novos padrões culturais e de lazer podemos mencionar também alterações no próprio interior dos lares pela adoção de novos hábitos (o consumo diário de café e o vício do cigarro) e pela penetração de novos utensílios domésticos, como os eletrodomésticos.

O maior símbolo dessa nova fase que se desejava implantar no país foram as reformas implementadas pelo Presidente Rodrigues Alves na capital federal, o Rio de Janeiro, entre 1904 e 1905. Em torno da chamada Avenida Central, um conjunto de obras foram realizadas para “civilizar a cidade”.

De que forma a modernidade poderia chegar à Educação? Bem, já vimos no capítulo anterior que pela influência das escolas protestantes que se instalaram no Brasil na segunda metade do século XIX, penetrou no país o chamado “método de coisas” ou método intuitivo. Ora, São Paulo que já se destacava politicamente pela força da monocultura cafeeira, além do grande número de imigrantes que recebeu, também tomou a dianteira nas inovações educacionais.

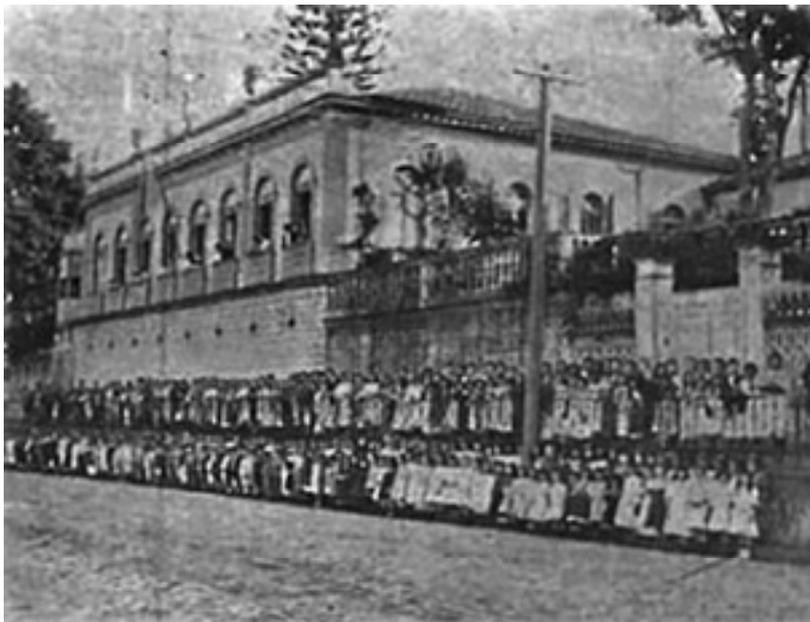
O ENSINO PRIMÁRIO NA REPÚBLICA VELHA

Em São Paulo, o grande número de escolas isoladas de ensino primário existente inspirou o plano de reunir várias escolas em um só edifício, construído especialmente para este fim. Foi elaborada toda uma sistemática pedagógica e, em várias cidades, imponentes edifícios foram construídos para abrigar o novo modelo de escola, o chamado Grupo Escolar, por meio do qual poder-se-ia implementar as exigências da moderna pedagogia: espaços funcionais para o funcionamento da escola, incorporando ambientes como a sala da direção, anfiteatro, biblioteca, laboratórios, secretaria, oficina, pátios, salas de aula arejadas. Bencostta (2005).

A idéia se espalhou pelo país. No início do século XX os Estados do Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Paraíba adotaram o exemplo paulista e investiram na construção de edifícios imponentes, principalmente nas capitais, para abrigar escolas. Assim, a reunião de escolas isoladas e a construção de edifícios para o “Grupo Es-

colar” tornou-se uma prática dos governos estaduais republicanos para propagandear a chegada do país também à modernidade educacional.

No entanto, a implantação do Grupo Escolar no Brasil além dessa função de fazer propaganda do novo regime, pode ser vista como parte de um plano dos liberais republicanos em promover a educação popular no Brasil. Na explicação de Souza (2006, pp. 76,77):



Grupo Escolar da Liberdade Atual: São Paulo 1905. Fonte da foto: São Paulo (Estado) Inspeção Geral do Ensino Anuário do Ensino do Estado de São Paulo- 1908-1909 São Paulo: Tip. Siqueira, Salles & Cia. 1909 (Fonte: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br>).

A criação dos grupos escolares surge, portanto, no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular – uma entre as várias medidas de reforma da instrução pública no Estado de São Paulo implementadas a partir de 1890. A implantação dessa nova modalidade escolar teve implicações profundas na Educação pública e na história da Educação brasileira. Introduziu e ajudou a introduzir uma série de modificações e inovações no ensino primário, auxiliou na produção de uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles a consagração da República. Generalizou, ainda, no âmbito do Ensino Público, muitas práticas escolares em uso nas escolas particulares e circunscritas a um grupo social restrito – as elites intelectuais, políticas e econômicas.

Para alguns então, o Grupo Escolar pode ser incluído na dimensão ampla de um projeto de educação popular implementado pelos governos republicanos, ao longo da República Velha, para reformar a Educação nacional. Por outro lado, Fernando Azevedo em sua obra clássica

sobre “a transmissão da cultura” no Brasil afirma: “Do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança de regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino,..” Azevedo (1958, p. 134).

Como conciliar o entusiasmo em torno dos Grupos Escolares com as palavras de Fernando de Azevedo? Bem, o problema a ser enfrentado era realmente imenso. Segundo Nagle (2001, p. 149), em 1920 o Brasil convivia com uma “quota de 80% de analfabetos”. Na verdade, o autor faz a distinção entre a “República idealizada”, “teoricamente construída” e a “República possível”, a realizada sob a pressão das forças sociais do período. Nagle (2001, p. 135). Ou seja, em que pese os planos republicanos, quando se chegou ao ano de 1920, a realidade educacional do país era desanimadora.



Rui Barbosa (CPDOC/JMa foto 008)

A Liga de Defesa Nacional foi fundada em 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, sob a presidência de Rui Barbosa (1849-1923), que era favorável ao apoio brasileiro aos Aliados na Primeira Guerra Mundial.

A partir de então, passou a operar em diversas instituições da sociedade civil, como a Liga de Defesa Nacional, um entusiasmo educacional e otimismo pedagógico que determinaram ampla mobilização em defesa da escolarização como “a mais eficaz alavanca da história brasileira.” Nagle (2001, p. 136). Além disso, será durante a década de 1920 que se formará a primeira geração de “educadores profissionais” do Brasil.

A idéia era transformar a escola primária efetivamente na instituição mais importante do sistema escolar brasileiro, tendo em vista que ela era considerada “a matriz onde se integram o humano e o nacional” Nagle (2001, p. 153). Por trás desse entusiasmo educacional, havia também um componente político, porque à medida que os liberais lutavam pelo voto universal, interessava a mais ampla alfabetização da população. Também havia o interesse econômico tendo em vista que o capitalismo desenvolvia-se no Brasil e ficou claramente estabelecida “a relação entre a capacidade produtiva e a cultura técnica”. Nagle (2001, p. 153).

Em função dessa mobilização da sociedade fundou-se em 15 de Outubro de 1924, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação, com o objetivo de “congregar educadores, professores, pessoas físicas e jurídicas interessadas no estudo e no debate de assuntos ligados à Educação e à Cultura”. ABE (2009). A atuação da ABE nota-

bilizou-se pela realização das “Conferências Nacionais de Educação”, a partir de 1927.

Essa fermentação ao longo da República Velha produziu várias ações de reforma do Ensino. De acordo com a Constituição de 1891, a competência para administrar o Ensino primário era dos Estados e o Ensino secundário ficou sob a responsabilidade da União. É importante frisar que não existia até então um organismo que se encarregasse de centralizar e coordenar as ações educacionais no país, ficando os assuntos educacionais a cargo do Ministério dos Correios e Telégrafos.

Assim, em vários Estados aconteceram reformas da instrução pública, iniciando o processo reformista a partir de São Paulo, com a Reforma realizada por Sampaio Dória (1883-1964), Diretor Geral da Instrução Pública naquele estado. O princípio que governou essa reforma foi a democratização da educação sob ideais nacionalistas. Assim, o ponto mais destacado da reforma Sampaio Dória foi a instalação de uma educação popular em dois anos de escolarização básica. Por trás dessa iniciativa, estava uma tomada de posição em torno de uma questão: “ensino primário incompleto para todos ou ensino integral para alguns”. Carvalho (2003, p. 230).

Observe que a primeira geração de educadores profissionais do Brasil foi a grande responsável pela implementação de reformas da instrução pública em vários Estados. Em 1922, para implementar a reforma educacional no Ceará, Sampaio Dória indicou **Lourenço Filho** (1897-1970) cujo trabalho seguiu o padrão moderno de intervenção pública: inicialmente promoveu uma pesquisa abrangente sobre a situação educacional do Estado, levantou os recursos disponíveis e combateu a resistência da população às mudanças. Sua principal luta foi pela mudança das mentalidades, tanto da população humilde, quanto dos professores e da elite.

Entre 1924 e 1928, Anísio Teixeira (1900-1971), foi diretor-geral de instrução do governo baiano e promoveu a reforma do ensino na Bahia, onde foi rejeitada a solução paulista de um ensino das primeiras letras em apenas dois anos.

Em Minas Gerais, Francisco Campos (1891-1968), como Secretário do Interior a partir de 1926 promoveu uma profunda reforma educacional cujo foco foi a formação dos professores. Em Pernambuco, Carneiro Leão, a partir de 1929, também reformou a educação. Sua ênfase foi a valorização do curso normal, introduzindo a disciplina Sociologia da Educação no currículo das escolas de formação de professores(as). Também merecem destaque as reformas da educação no Distrito Federal, implementada por Carneiro Leão entre 1922 e 1926 e a Reforma da Educação implementada por José Augusto no Rio Grande do Norte entre 1925 e 1928.



Lourenço Filho

Educador brasileiro conhecido, sobretudo por sua participação no movimento dos pioneiros da Escola Nova, realizador de um importante trabalho de reformulação do ensino no Brasil e em outros países da América Latina pelo qual mereceu o título de Mestre das Américas.



Francisco Campos foi um jurista e político brasileiro, responsável, entre outras obras, pela redação da Constituição brasileira de 1937 e do Ato Institucional do golpe de 1964.

O ENSINO SECUNDÁRIO NA REPÚBLICA VELHA

No que diz respeito ao ensino secundário, segundo Nagle (2001, p. 191) no período de 1890 a 1920, “o Poder Público se interessa apenas pela manutenção de estabelecimentos-padrão que sirvam de modelo para as demais escolas secundárias do país.” A ênfase estava na preservação da qualidade, não se preocupando em ampliar a oferta para a população. Consequentemente, continuou um ensino elitista e dominado pela iniciativa privada.

Quanto às reformas do Ensino Secundário, a cargo do governo da União, foram ao todo em número de 05 (cinco) ao longo dos 41 (quarenta e um) anos da República Velha: Benjamin Constant (1890); Epitácio Pessoa (1901); Rivadávia Correia (1911); Carlos Maximiliano (1915) e João Luís Alves (1925). Um balanço dessas reformas foi feito por Azevedo (1958, p. 136):

Se examinarmos as reformas do Ensino Secundário, no primeiro período republicano, verificaremos que, a não ser a de Benjamin Constant, nenhuma delas introduziu alteração substancial na sua estrutura interna nem procurou extirpar de nossos ginásios o seu caráter utilitário nem cuidou da formação do magistério secundário. Todas elas mostraram grande hesitação, além de absoluta ausência de espírito de continuidade, no estudo e nas soluções dos problemas fundamentais de organização do ensino.

O importante a ressaltar é que por trás desse reformismo educacional estava um movimento de ideias, chamado escolanovismo, e que foi abraçado exatamente por esses reformadores da instrução pública acima mencionados. Em 1909, o pernambucano Carneiro Leão lançou um livro intitulado *A Educação*, pioneiro nesse movimento no Brasil.

As idéias principais do movimento foram: a ciência, o industrialismo e a democracia. A tese central era que a sociedade poderia ser democratizada e transformada por meio da escola. Os princípios que devem reger a educação, segundo os escolanovistas, são os princípios liberais, que determinam que a escola seja única, laica, gratuita, obrigatória e predominantemente pública.

Bem, se você lembrar-se da mentalidade conservadora predominante no Brasil durante a República Velha vai perceber que esses pioneiros da Escola Nova enfrentaram uma resistência acirrada. Do outro lado, estavam os que defendiam o ideal educacional católico caracterizado pelo sobrenaturalismo, a subordinação da educação à doutrina religiosa (católica), a educação em separado para meninos e meninas, o ensino particular e a responsabilidade da família pela educação.

Este “utopismo passadista” foi encabeçado por alguns intelectuais católicos como Jackson de Figueiredo Martins (1891-1928), organizador do movimento católico leigo e fundador do Centro Dom Vital no Rio de Janeiro, em 1922, que tinha o objetivo de promover estudos e preparar uma reação católica ao liberalismo em ascensão. Outro intelectual católico que se destacou na luta contra os reformadores educacionais foi Alceu Amoroso Lima (1893-1983). Junto com D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, lutou pela restauração dos privilégios do catolicismo no Brasil, incluindo esforços para introduzir na legislação nacional medidas que privilegiassem o ensino religioso e particular.

O ENSINO SUPERIOR NA REPÚBLICA VELHA

Quanto ao ensino superior, durante o período republicano, multiplicaram-se as faculdades pelo país. No período que vai de 1891 a 1910 foram criadas 27 (vinte e sete) escolas superiores: 9 (nove) de Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia; 8 (oito) de Direito; 4 (quatro) de Engenharia; 3 (três) de Economia e 3 (três) de Agronomia. Assim, o ensino superior continuou a ser ministrado no país em estabelecimentos isolados. Acontece que havia forte resistência da parte dos positivistas à ideia de Universidade. Cunha (2003, pp. 158, 161).

Porém, alguns Estados tornaram-se pioneiros na constituição de Universidades no país, apesar de não terem progredido: A primeira Universidade criada no país foi em Manaus, Amazonas, no ano de 1909, durante o chamado ciclo da Borracha. Foi uma iniciativa particular que perdurou

até 1926. Grupos privados também criaram Universidade em São Paulo, em 1911, e em Curitiba, que apesar de ser uma iniciativa particular, contou com o apoio do governo estadual. As duas tentativas também fracassaram. Cunha (2003, pp. 161, 162).

Como iniciativa do Governo Federal, que efetivamente perdurou, tivemos a criação da primeira Universidade pública apenas em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro. O princípio de organização foi a “aglutinação de faculdades profissionais preexistentes”. No caso, reuniram-se as faculdades federais de Medicina e de Engenharia e uma faculdade de Direito, federalizada. O Estado de Minas Gerais, seguindo o mesmo princípio de organização do Governo Federal, criou em Belo Horizonte, no ano de 1927, a Universidade de Minas Gerais.

A EDUCAÇÃO APÓS A REVOLUÇÃO DE 1930

De um modo geral, são bastante conhecidas as circunstâncias que levaram ao fim da República Velha com a Revolução Liberal de 1930. Por trás desse movimento vitorioso, estavam duas classes sociais que reivindicavam participação na vida política do país: a burguesia industrial e o operariado. Além destas, outra força social emergente era o movimento tenentista.

A primeira modificação importante para a Educação que o governo revolucionário, chefiado por **Getúlio Vargas** (1883 -1954), implementou foi a criação, já em 1930, do Ministério de Educação e Saúde. Segundo Azevedo (1958, p. 169) este Ministério “veio a constituir-se, com a solidez e os progressos de sua organização, um dos ministérios mais importantes no governo revolucionário.” O primeiro a ocupar o cargo de “Ministro de Estado dos Negócios de Educação e Saúde Pública” foi o educador mineiro Francisco Campos.

Em 1931, realizou-se a IV Conferência Nacional da Educação promovida pela ABE (Associação Brasileira de Educação). Na ocasião, o novo chefe do Governo brasileiro solicitou aos educadores a elaboração de um documento que definisse “o sentido pedagógico da Revolução de 1930”. Em função disso, um grupo de 26 (vinte e seis) educadores e intelectuais publicaram em 1932 um texto que ficou conhecido como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

O Manifesto dos Pioneiros de 1932 foi uma continuidade, uma extensão, do discurso que fundamentou as reformas educacionais da década de 1920 e um preâmbulo da política nacionalizante da década de 1930. Em outras palavras, “o Manifesto significou o amálgama das ideias dos renovadores em um documento de força retórica e projeção política que garantiu as estratégias de reforma educacional para uma nova sociedade, administrando-a a partir de um projeto nacional.” Mate (2002).



Getúlio Vargas

Revolucionário em 30. Curitiba (PR). (CPDOC/CDA-Vargas)

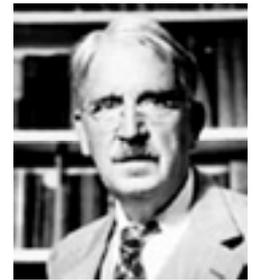
ATIVIDADES

Pesquise na Internet a íntegra do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, fazendo-lhe uma leitura, depois analise e destaque as principais teses defendidas pelos pioneiros da Escola Nova.



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi um documento redigido por Fernando de Azevedo que refletia o pensamento dos primeiros “educadores profissionais” do Brasil. Uma geração que durante a década de 1920 se encarregara de trazer para o país o pensamento liberal de Educação, especialmente as idéias do estadunidense **John Dewey** (1859-1952), e que estivera à frente das reformas que haviam sido implementadas na educação em vários Estados. Segundo seu redator, o manifesto continha “as diretrizes de uma política escolar inspirada em novos ideais pedagógicos e sociais e planejada para uma civilização urbana e industrial, com o objetivo de romper contra as tradições excessivamente individualistas da política do país...” Azevedo (1958, pp. 175). Assim, as linhas de força do documento refletem o pensamento da ideologia liberal e burguesa de educação. Sua tarefa é identificar estes princípios conforme foram exarados no documento.



John Dewey

É um dos maiores pedagogos americanos, contribuindo intensamente para com a divulgação dos princípios da Escola Nova.

O manifesto acirrou os ânimos da disputa ideológica que já vinha sendo travada entre os renovadores da educação, os escolanovistas, e os católicos conservadores, representantes do poderoso setor da educação privada. Segundo Romanelli (1998, p. 143), três pontos principais, defendidos no manifesto de 1932, causavam a maior cisão entre os dois grupos de interesses: Laicidade, obrigatoriedade de o Estado assumir a função educadora; e a igualdade de direitos dos dois sexos à educação.

Apesar de iniciar com a dedicatória “ao povo e ao governo” o Manifesto dos Pioneiros de 1932, em última instância, era uma interpelação ao Estado brasileiro, na ocasião controlada por uma nova configuração política, para que efetivamente transformasse a Educação nacional. E as reformas não tardaram. O Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, por meio de uma série de decretos procedeu a uma ampla reforma que atingiu a estrutura do ensino em todo o território nacional. Dentre as reformas implementadas, podemos mencionar: a criação do Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo máximo da Educação no Brasil; a organização do Ensino Su-

perior e adoção do “Estatuto das Universidades Brasileiras”; a organização do Ensino Secundário e do Comercial.

Até o final da década de 1920, como você viu anteriormente, o ensino secundário organizava-se em função dos chamados “preparatórios” e de exames parcelados para o ingresso no Ensino Superior, isso impedia a seriação dos cursos secundários. Com a Reforma Francisco Campos, o currículo seriado foi definitivamente implementado, a frequência tornou-se obrigatória e passou a vigorar a exigência de conclusão do Ensino Secundário para o ingresso no Ensino Superior.

A conclamação do Manifesto de 1932 e a Reforma Francisco Campos surtiram efeito e, no período de 1932 a 1936, registrou-se um crescimento da Educação pública no Brasil e redução da Educação privada. Em função desse quadro, acirraram-se os ânimos dos grupos de interesses que lutavam pela hegemonia sobre a Educação nacional.

No período de Novembro de 1933 a Julho de 1934, por ocasião do funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, encarregada de elaborar a segunda Constituição republicana, as pressões sobre os constituintes foram muitas. Adotou-se então, na Constituição de 1934, uma solução de consenso, incorporando-se interesses dos conservadores católicos e privatistas, como a reivindicação quanto ao ensino religioso, e também posições dos escolanovistas, como a de conferir à União a competência de traçar as diretrizes educacionais para o país.

Porém, com o advento do Estado Novo em 1937, o conflito entre os grupos de interesses particulares em torno da Educação foi abafado pela natureza ditatorial do regime, só voltando a manifestar-se após a redemocratização em 1945. De qualquer forma, a Constituição de 1937, que vigorou de 1937 a 1945, incorporou prescrições legais que beneficiavam os conservadores. Os escolanovistas, durante o período de ditadura, limitaram-se a lutar por seus ideais no âmbito de suas vidas pessoais.

Porém, o Estado Novo também procurou renovar alguns setores da Educação nacional. O Ministro da Educação do período, Gustavo Capanema (1900-1985), a partir das chamadas “leis orgânicas”, promoveu uma alteração no Ensino Secundário cuja ênfase estava no ensino técnico-profissional. Por meio de decretos assinados entre 1942 e 1943, o ensino técnico-profissional foi organizado em função dos três setores da economia: o Ensino Industrial foi reforçado porque o governo tomou a iniciativa de engajar a indústria na tarefa de preparar sua própria mão-de-obra. Assim, em 1942 foi criado o “Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde chamado de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), “destinado a organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo o país. Romanelli (1998, p. 166). Também foram organizados o Ensino Comercial e o Ensino Agrícola.



Aula prática na escola técnica do SENAI (Fonte: <http://www.tuneldotempo.inep.gov.br>)

O fim do Estado Novo em 1945, marcou o início de um novo período de esperança para a educação brasileira e também de novas articulações em torno do conflito entre conservadores e liberais.

De um modo geral, porém, o balanço que se pode fazer da Educação durante o período que vai da Proclamação da República até o final da Segunda Guerra Mundial, é que continuou a predominar um sistema dual de educação, as disparidades regionais entre os sistemas escolares estaduais se acentuaram, continuaram a predominar os mecanismos de transplante cultural, no caso representados pelos ideais da Escola Nova, e a mentalidade católica conservadora, aliada aos interesses privados, permaneceu influenciando a educação nacional.

CONCLUSÃO

Nesta aula, procurei historiar os principais acontecimentos da Educação no Brasil ao longo da primeira metade do século XX. Apesar de no período terem se manifestado as mais diversas propostas educacionais, desde uma idéia ruralista, passando pelos ideais comunistas e anarquistas para a escola, detive-me nos dois principais grupos de interesses que propugnavam um projeto educacional para o país: Os católicos conservadores, vinculados a uma “estrutura social baseada num modelo agrário-exportador” e os liberais que se vinculavam a uma “estrutura social com base num modelo urbano-industrial”. Ribeiro (1982, p. 107).

Fazendo um balanço do que essa metade de século nos deixou no aspecto educacional, a primeira coisa que lhe devo adiantar é que, mesmo que avancemos no tempo, não poderemos falar da vitória definitiva de nenhum dos dois lados neste conflito ideológico em torno da Educação brasileira, haja vista que, transfigurado em outros interesses, atualizados com as demandas dos tempos atuais, o conflito ainda permanece.

Obviamente que, sobretudo do ponto de vista quantitativo, houve um crescimento da Educação em termos do número de escolas, de professores e de pessoas escolarizadas. No entanto, persistiu o dualismo educacional, reforçado pela ênfase no final do período no ensino técnico-profissional destinado às camadas mais pobres.

RESUMO

Nesta aula, você aprendeu sobre a chegada da modernidade ao Brasil. No final do século XIX e início do século XX, diversas inovações foram introduzidas no cotidiano das populações urbanas. Após o golpe que alçou os republicanos ao controle do Estado brasileiro, eles se preocuparam em modernizar também a Educação do país. A partir do Estado de São Paulo, foram introduzidas novidades que passaram a ser copiadas por outros Estados nas diversas regiões. A mais importante foi o Grupo Escolar. No entanto, durante a República Velha, o índice de analfabetismo no Brasil girava em torno dos 80% da população. Em função disso, um amplo movimento de defesa da universalização da escolaridade básica tomou conta do país e que passou a se chamar de entusiasmo educacional e também de otimismo pedagógico, porque se acreditava que por meio da educação poder-se-ia garantir o futuro da nação. Influenciados pelos ideais liberais de Educação, formou-se a primeira geração de educadores profissionais do Brasil e que se encarregaram de reformar o Ensino Primário em vários Estados do país, à luz das idéias escolanovistas. O Ensino Secundário, à cargo do governo central, passou por várias refor-



mas que não conseguiram efetivamente transformar o funcionamento tradicional, propedêutico, recebido do Império. Também foi-lhe mostrado como se constituíram as primeiras Universidades do Brasil.

Dentre as organizações civis que se formaram no período, destacou-se a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924 e que reuniu pessoas interessadas em debater sobre a Educação nacional. Assim, em torno da questão educacional se consolidaram dois grupos principais de interesses: Os católicos conservadores e privatistas e os escolanovistas, defensores da Educação Pública e da democratização da Educação. Depois da Revolução de 1930, sob incentivo do Governo revolucionário, foi redigido o famoso “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Nele, os escolanovistas reuniram os princípios de sua proposta educacional para o Brasil, cujos principais pontos eram: o controle estatal da educação, a laicização das escolas, a educação em igualdade de condições para ambos os sexos, obrigatória, pública e gratuita. Um instrumento de democratização, segundo os ideais liberais de educação.

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, vou-lhe apresentar o desenvolvimento educacional do Brasil na segunda metade do século XX. Terá finalmente o país atingido a modernidade educacional? A educação popular, grande ideal dos escolanovistas, terá se consolidado? E o conflito entre conservadores e liberais, que feição assumiu?



AUTO-AVALIAÇÃO

Refleta assim: fiz uma leitura satisfatória do texto, a ponto de dizer que os objetivos propostos pelo professor-autor foram por mim alcançados? Pense também se houve, da sua parte, dedicação para cumprir a contento com as tarefas propostas. Em suma, responda em seu íntimo: Sei determinar como o ambiente político-econômico e social-cultural do Brasil, no início do século XX, influenciou o processo educacional do período? Sei identificar os processos de longa duração que têm permeado a educação brasileira desde o final do Império e início da República? Sou capaz de listar algumas conquistas educacionais do povo brasileiro durante a primeira metade do século XX?



REFERÊNCIAS

- ABE – Associação Brasileira de Educação. Disponível em <<http://www.abe1924.org.br>> Acesso em 11 Jan. 2009.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: a transmissão da cultura**. Tomo terceiro. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTA, Maria Helena Camara (orgs.). **História e memórias da educação no Brasil**, v. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orga). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CPDOC da FGV. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm>. Acesso em: 11 Jan. 2009.
- CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- _____. A organização do campo educacional: as conferências de educação. In: **Educação e Sociedade**. Ano III, Número 9, Maio de 1981.
- _____. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orga). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. **Cidadania republicana e educação: governo provisório do Mal. Deodoro e congresso constituinte de 1890-1891**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- FREITAS, Marcos Cezar de. Educação Brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **História e memórias da educação no Brasil**, v. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BENCOSTTYA, Marcus Levy Albino (orga). **História da Educação: arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.
- MATE, Cecília Hanna. O manifesto dos pioneiros de 32 como ampliação da política reformista. **ANPED**, GT História da Educação, 2000. Disponível em <<http://anped.org.br>>. Acesso em 23 Abr. 2002.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A; 2001.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1982.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930–1973**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, fernando A; SEVCENKO, Nicolau (orga) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Demandas populares pela educação na Primeira República: aspectos da modernidade brasileira. In: **Educação e Filosofia**. Uberlândia, 6 (12) 63-70, Jan./Dez. 1992.

_____. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, Demerval; SOUZA, Rosa Fatima de; VALDEMARIM, Vera Teresa (orgs.) **O legado educacional do século XIX**. São Paulo: Autores Associados, 2006.

VIEIRA, Luiz Renato. Educação e autoritarismo no Estado Novo. Em: **Educação e Filosofia**. Uberlândia (6) (12) 83-94, Jan./Dez, 1992.